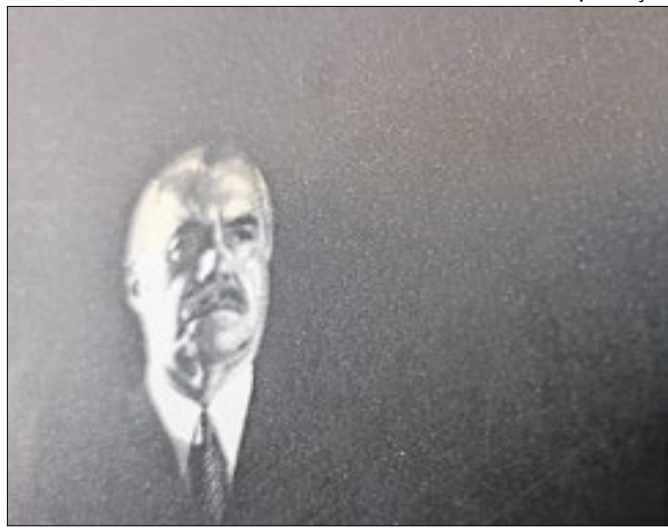


CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Reprodução



Detalhe da capa do livro de Sarney

40 anos de democracia: duas conversas com José Sarney

Quando a redemocratização brasileira completou 20 anos, o ex-presidente José Sarney publicou um livro com o título simples de "20 Anos de Democracia". Reunia diversos textos de variados autores analisando a trajetória do fim da ditadura militar, desde a eleição de Tancredo Neves até o final do primeiro governo após a redemocratização. Entre os autores, reúnem-se o pró-

prio Sarney, o atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e, humildemente, este colunista. Dois dos capítulos, respectivamente nas páginas 132 e 137 do livro são assinados por mim. Escritos feitos a partir de relatos de Sarney, em entrevistas, sobre os bastidores da sua posse, em 15 de março de 1985, e sobre o seu governo. Recuperados, agora que a democracia faz 40 anos.

Improvável

Sarney foi o presidente improvável, que não deveria ter sido, empossado pelas circunstâncias da tragédia com Tancredo Neves. E ele tinha plena consciência disso. "Eu sabia da desconfiança que todos tinham de mim", disse Sarney, em uma das entrevistas há vinte anos.

Fraco

"Eu era fraco, politicamente", disse também Sarney. Segundo ele, sua posição na chapa de Tancredo vinha da percepção de que ele, como ex-presidente do PDS, o partido que apoiava a ditadura militar, poderia mapear melhor os votos dos dissidentes no Colégio Eleitoral.

Lula Marques/ Agência Brasil



Democracia resistiu a uma tentativa de golpe

Certeza da fraqueza de Sarney fortaleceu a democracia

O que fica claro das entrevistas feitas à época por Sarney é que talvez tenha sido justamente a consciência da sua fraqueza política um dos fatores que mais contribuiu para o fortalecimento da democracia brasileira. Sarney passou a trabalhar para garantir que não seria a sua presença uma ameaça ao regime que nascia.

De cara, fez coisas que talvez o próprio Tancredo demorasse mais a fazer. Legalizou os partidos comunistas. Instalou uma Assembleia Constituinte totalmente livre e soberana (a intenção de Tancredo era realizar uma Constituinte que comesse a trabalhar um texto a partir de uma proposta original do poder Executivo).

Acidente

Sarney tinha plena consciência de que se tornara presidente por um acidente do destino. Um acidente que, para além da tragédia, possui diversos componentes. E o auxílio de personagens improváveis, como o ministro da Casa Civil de João Figueiredo, Leitão de Abreu.

"Não assume!"

A participação de Leitão de Abreu nos bastidores do texto é outro capítulo contado por Sarney. Presidente, o general João Figueiredo, esbravejava sobre Sarney, no momento da internação de Tancredo: "Ele não assume! Ele é vice eleito. Não pode substituir quem não foi empossado!"

Exército

Temia-se que o ministro do Exército, Walter Pires, poderia tentar um contragolpe para evitar a posse de Sarney. Foi aí que veio Leitão de Abreu. Ele autorizou a publicação de uma edição extra do Diário Oficial nomeando os ministros de Tancredo e destituindo os antigos.

"Não é mais"

Quando Walter Pires ameaçou ir de madrugada para o seu gabinete para tomar "providências", Leitão comunicou: "O senhor não é mais ministro". Assim, garantiu-se uma forte democracia. Que resistiu a dos processos de impeachment e uma tentativa de golpe.

Comissões serão definidas; orçamento ainda incerto

Pedidos do governo e nova ação sobre emendas podem atrasar

Andressa Anhoete/Agência Senado

Por Gabriela Gallo

A previsão é que o Congresso Nacional vote o Orçamento da União nesta semana. De acordo com o cronograma do relator do Projeto da Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2025, senador Angelo Coronel (PSB-BA), a expectativa é que o projeto seja apresentado, discutido e votado na Comissão Mista de Orçamento (CMO) nesta terça-feira (18). Na reunião desta terça, Coronel apresentará o relatório final e os membros da comissão poderão apresentar eventuais destaques ao texto. Com a aprovação à medida, ela segue para votação em plenário na quarta-feira (19). Todavia, ainda há chances da votação ser novamente adiada.

O Ministério de Planejamento e Orçamento encaminhou, na última sexta-feira (14), um ofício ao Congresso Nacional solicitando permissão para poder definir ao longo do ano de onde virão os recursos para bancar o comitê gestor do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), que ainda precisa ser regulamentado pelo Senado Federal. Na última semana, o Executivo ainda encaminhou um ofício ao Congresso Nacional propondo o corte de R\$ 7,7 bilhões do programa social Bolsa Família para fechar o orçamento.

Além disso, na segunda-feira (17), o Pso protocolou no Supremo Tribunal Federal (STF) uma nova Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), ainda por conta do problema com as emendas parlamentares. O partido con-



Ainda há dúvidas sobre se orçamento será votado na CMO

siderou que as novas regras aprovadas no Congresso Nacional na última semana abrem uma série de brechas que descumpram o princípio de transparência e rastreabilidade, especialmente porque a então falta de transparência estaria "sendo feita às vésperas de ano eleitoral". Agora, é necessário esperar se o ministro do STF Flávio Dino acatará o recurso e, novamente, determinará o bloqueio dos recursos.

Na última quinta-feira (13), o Congresso Nacional aprovou uma resolução que regulamenta o Plano de Trabalho para o repasse das emendas. O plano obriga a elaboração de atas, que precisam ser elaboradas e disponibilizadas em sistema eletrônico, que detalharão o procedimento de análise e

aprovação de emendas em comissões e bancadas estaduais. Porém, não há uma regra que obrigue se no espaço da ata que identifique o autor do recurso deverá estar inscrito o nome do verdadeiro padrinho político da emenda ou do líder partidário que encaminhou os pedidos aos colegiados.

Comissões

Nesta quarta-feira (19) também está prevista a instalação das 30 comissões permanentes da Câmara dos Deputados. Os últimos ajustes referentes ao tema serão alinhados e definidos na reunião de líderes. Para não apressar ou atrapalhar as eleições nas comissões, não haverá ordem do dia no plenário da Câmara na quarta, por determinação do presidente da

Casa, deputado Hugo Motta (Republicanos-PB).

O PL, o maior partido da Casa, já indicou alguns nomes para suas comissões de interesse. A legenda reivindica as comissões de Saúde – comissão com maior volume de emendas parlamentares –, de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado – a indicação é o deputado Paulo Bilynskyj (SP). A negociação mais polêmica até o momento, a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, sob a presidência do deputado Eduardo Bolsonaro (SP). O governo alega que o parlamentar usará do cargo para articular nos Estados Unidos, ataques ao Supremo Tribunal Federal (STF) para proteger o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), seu pai.

Mudanças na Ficha Limpa serão votadas nesta terça-feira

Jefferson Rudy/Agência Senado

Por Karoline Cavalcante

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), incluiu na pauta de votação desta terça-feira (18) o Projeto de Lei Complementar (PLP) 192/2023. A proposta visa alterar os prazos de inelegibilidade previstos na Lei da Ficha Limpa, com o objetivo de unificar o período de inelegibilidade em oito anos para aqueles que sofrerem condenação judicial, cassação ou renúncia de mandato.

O novo período passará a ser contado a partir dos seguintes eventos: a data da decisão que decretar a perda do mandato, a data da eleição na qual ocorreu a prática abusiva, a data da condenação por órgão colegiado ou a data da renúncia ao cargo eletivo. Atualmente, a legislação não permite que os políticos condenados possam concorrer às eleições que se realizarem durante o restante do mandato e pelos oito anos seguintes ao término da legislatura.

O texto propõe, ainda, um limite máximo de 12 anos de inelegibilidade para casos de condenações posteriores que impliquem inelegibilidade adicional. Para o relator, senador Wéverton Rocha (PDT-MA), a matéria busca corrigir uma desigualdade, considerando que, para senadores, os anos de inelegibilidade são ainda maiores, já que seus mandatos são de oito anos. "Principalmente, a alteração pertinente ao prazo de duração da inelegibilidade,



Alcolumbre é favorável à mudança na Lei da Ficha Limpa

aqui igualado e limitado em todas as hipóteses para coibir distorções que hoje ocorrem, em que um detentor de mandato sofre pena determinada, e suas implicações sobre inelegibilidade de incidem de forma desigual, e assim, afrontam o princípio constitucional da isonomia", explicou Rocha.

Cunha

A proposta é de autoria da deputada federal Dani Cunha (União-RJ), filha do ex-presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha. O ex-deputado, que teve seu mandato cassado em 2016 por quebra de decoro parlamentar, permanece inelegível até 2027, devido à condenação por envolvimento em um esquema de recebi-

mento de propinas no exterior. Caso seja aprovada, Eduardo Cunha poderia voltar ao cenário eleitoral já em 2026.

Aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado em agosto de 2024, o projeto ficou paralisado durante o fim da gestão do ex-presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Alcolumbre, que à época estava à frente da CCJ, elogiou a aprovação do texto no colegiado. "Temos não poucos casos concretos no Brasil em que uma pessoa fica 10, 20, 30 anos condenada sem poder exercer a atividade política. Isso talvez esteja tirando da política muitos homens e mulheres que gostariam de colaborar. É natural que se tenha um prazo razoável para que a

pessoa possa cumprir essa pena, e não um prazo indeterminado, sem data para conclusão", afirmou o senador.

Pior cenário

Ao Correio da Manhã, o ex-juiz e um dos idealizadores da Lei da Ficha Limpa, Márlon Reis, considerou a proposta grave. Reis explicou que até condenados por crimes hediondos como homicídio, estupro e narcotráfico, poderão sair da prisão com a elegibilidade restabelecida. "Isso é ainda pior do que o cenário anterior à Lei da Ficha Limpa, quando pelo menos havia um período de inelegibilidade de três anos após o cumprimento da pena", iniciou o ex-juiz. "As penas impostas nesses casos normalmente são superiores ao período de oito anos. Se houver o desconto do prazo de cumprimento da pena, essas pessoas já deixarão o cárcere elegíveis", prosseguiu.

O PLP, porém, não beneficiaria o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), já que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu pela inelegibilidade nos oito anos subsequentes às eleições de 2022 e deixaram de aplicar a cassação de registro unicamente porque não foi eleito. A oposição tenta reverter a situação do ex-chefe do Palácio do Planalto com o Projeto de Lei Complementar (PLP) 141/2023, de autoria do deputado federal Bibó Nunes (PL-RS), que busca reduzir o tempo de inelegibilidade da Lei da Ficha Limpa de oito para dois anos.